



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 0207/15

**DA 7ª COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, SEGURANÇA, RELAÇÃO DO TRABALHO, ASSUNTOS MUN. E DEFESA DO CONSUMIDOR.**

**Processo nº - 001580/15**

**Relator: Deputado Antonio Albuquerque**

Encontra-se nesta Comissão para análise e parecer, o Projeto de Lei nº86/2015, de autoria do Senhor Deputado Rodrigo Cunha, que “Dispõe sobre a proibição da prática comercial de renovação automática de contrato de prestação de serviços por assinatura”.

Justifica o ilustre Deputado que o presente Projeto tem por objetivo a proteção do consumidor, coibindo a prática abusiva e ilegal de renovação automática de contrato de prestação de serviços por assinatura.

A proposição em análise recebeu parecer favorável quando de sua apreciação no âmbito da 2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Para os efeitos do projeto de lei, contratos de prestação de serviço por assinatura são aqueles que visam a contratação periódica de serviços por assinatura de revistas, jornais, TV, internet, telefonia e outros.

As empresas deverão utilizar de meios de comunicação afim de que o consumidor seja avisado previamente, com antecedência de 60 (sessenta) dias sobre o término do contrato. Caso o consumidor concorde em renovar o contrato, este deverá ser objeto de aceite, com a concordância expressa do consumidor por via eletrônica, telefônica, correios ou fax e será formalizado pela empresa.

Serão consideradas nulas as cláusulas que permitam a renovação automática dos contratos, bem como aquelas que versem sobre fidelidade. Caso o consumidor não queira renovar o contrato, a empresa ficará obrigada a enviar ao consumidor um “comprovante de encerramento do contrato”, bem como atestar que não constam pendências financeiras por parte do consumidor.

Esta proposta visa coibir a prática reiterada das prestadoras de serviços por assinatura, tais como TV a cabo, revistas, jornais e afins que, sem a transparência devida, induzem o assinante ao erro de aceitar um contrato que estipula renovação automática, sem a anuência expressa do consumidor, além de versarem sobre fidelidade, o que caracteriza “cláusula abusiva”. Até porque os contratos são celebrados verbalmente, sem cláusulas definidas.

51, *in verbis*:

Neste sentido o Código de Defesa do Consumidor, diz em seu Art.

Art.51-São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

(...)

IV- estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade.”


Muitas empresas usam, ainda, como estratégia oferecer, de forma gratuita, o serviço por um determinado período e caso o consumidor não se manifeste pelo cancelamento após esse período, ficam automaticamente renovados os contratos. São estes atos praticados, ações e estratégias abusivas e ilegais, que pretende-se punir.


Os contratos que preveem renovação automática induzem o consumidor a erro, o que caracteriza “cláusula abusiva”, devendo tal prática ser coibida.

Comparando todas as formalidades pertinentes e, não havendo óbices quanto aos aspectos que competem a esta Comissão examinar, o nosso parecer é pela aprovação do presente Projeto.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS  
TAVARES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 19 nov de 2015.

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_  
RELATOR